

PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL NA INTERNET: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTADO DA ARTE

Maina Saldanha Garcia

<https://orcid.org/0009-0005-8141-9237>

Assistente Social pela Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil

maina.saldanhagarcia@gmail.com

Jaina Raqueli Pedersen

<https://orcid.org/0000-0002-6036-8486>

Docente na Universidade Federal do Pampa, Curso de Serviço Social, São Borja/RS - Brasil

jainapederse@unipampa.edu.br

Recebido em: 08 de maio de 2023

Aceito em: 06 de junho de 2023

Resumo: O presente artigo, tem como objeto de estudo a pornografia infantojuvenil na internet enquanto forma de manifestação da exploração sexual de crianças e adolescentes, e apresenta o estado da arte sobre o tema, considerando os trabalhos publicados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES no período de 2008 a 2019, na área do Serviço Social. Usou-se de dois (02) descritores: “exploração sexual comercial” e “pornografia infantil na internet”. Considerando os vinte e seis (26) trabalhos identificados, observou-se que os mesmos não contemplam de maneira específica a categoria pornografia infantojuvenil como objeto de estudo, apontando a carência de estudos na área do Serviço Social.

Palavras-chave: Pornografia infantil; Exploração sexual; Crianças e Adolescentes; Serviço Social.

CHILD AND YOUTH PORNOGRAPHY ON THE INTERNET: REFLECTIONS ON THE STATE OF THE ART

Abstract: The present article has as its object of study child and adolescent pornography on the internet as a form of manifestation of the sexual exploitation of children and adolescents and presents the state of the art on the subject, considering the works published in the Catalog of Theses and Dissertations of CAPES in the period from 2008 to 2019, in the area of Social Work. Two (02) descriptors were used: “commercial sexual exploitation” and “child pornography on the internet”. Considering the twenty-six (26) works identified, it was observed that they do not specifically contemplate the child and adolescent pornography category as an object of study, aspiring to the lack of studies in the area of Social Work.

Keywords: Child pornography; Sexual exploitation; Children and Adolescents; Social service.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos se dá de forma tardia. É com a Constituição Federal de 1988 e logo depois

com o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - que dispõe sobre a proteção integral a estes sujeitos - que os mesmos passaram a ser vistos por uma nova perspectiva, não mais a dos “menores em situação irregular”. No entanto, mesmo que as legislações representem saltos importantes para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, a realidade cotidiana desses sujeitos é permeada por conflitos e violações de direitos. Assim indicam os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2021, os quais indicam que durante a pandemia do covid-19, 267 crianças foram assassinadas (2021), destas, 170 tinham de 0 a 4 anos, ou seja, aumento de 1,9% em relação ao ano de 2019. Já os adolescentes, 5.855 entre 12 e 19 anos foram vítimas de mortes violentas intencionais, representando um acréscimo de 3,6% em relação à 2019 (FBSP, 2021, p.15).

Entre as violências contra crianças e adolescentes, destacam-se o estupro (26,3%) e estupro contra vulnerável (73,7%). “Em relação a faixa etária, a maioria das vítimas de violência sexual são crianças na faixa de 10 a 13 anos (28,9%), seguidos de crianças de 5 a 9 anos (20,5%), adolescentes de 14 a 17 anos (15%) e crianças de 0 a 4 anos (11,3%)” (FBSP, 2021, p. 113). Análises do FBSP indicam que desde 2018, mais da metade das vítimas de violência sexual que chegam até as delegacias de polícia tinham 13 anos ou menos, o que indica que as principais vítimas de estupros passam a ser crianças mais novas, ainda que tenha ocorrido subnotificação devido a pandemia (FBSP, 2021, p. 219).

Tendo em vista este cenário, o artigo em tela, dará destaque a violência sexual contra crianças e adolescentes, especificamente sobre a pornografia infantojuvenil, a qual é uma manifestação da exploração sexual comercial. Desta forma, a exploração sexual comercial, é uma forma de violência sexual que visa a troca com fins lucrativos, e pode ser identificada em contextos de prostituição, pornografia, redes de tráfico e no turismo por motivação sexual.

A delimitação da temática do estudo, se dá pela pesquisa em andamento “A pornografia infantojuvenil na internet enquanto forma de manifestação da exploração sexual de crianças e adolescentes: desvendando suas particularidades”, que visa analisar os processos sociais que se articulam na constituição da pornografia infantojuvenil na internet, a fim de demonstrar as particularidades dessa violação nos direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa exploratória com

enfoque qualitativo que emprega para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, compreendendo uma das etapas o mapeamento da produção no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, na área do Serviço Social, abrangendo teses e dissertações dos anos de 2008 a 2019.

Posto isso, o artigo contará com dois itens: o primeiro situará a conjuntura recente, com os dados a partir do cenário pandêmico que escancarou as violências e acirrou violações de direitos contra as crianças e adolescentes. No segundo item, apresenta-se os resultados da pesquisa realizada até o presente momento, demonstrando as produções sobre a temática na área do Serviço Social, e os processos sociais que se articulam diante dessa manifestação da violência sexual.

O CENÁRIO PANDÊMICO E A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência sexual contra crianças e adolescentes, pode ser dividida em abuso sexual (intrafamiliar ou extrafamiliar) e também a exploração sexual comercial, que possui quatro modalidades: o contexto da prostituição, da pornografia, das redes de tráfico e do turismo com motivação sexual. Aponta-se que a exploração sexual comercial é mediada por uma dimensão de troca, que pode ou não ter fins lucrativos. Neste sentido, sua manifestação no contexto da pornografia infantil se caracteriza como “[...] produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, desenho, filme etc.) envolvendo crianças e adolescentes” (BRASIL, s/d, p.10). Sabendo-se das múltiplas formas de manifestação da violência sexual, o estudo dará ênfase na pornografia infantojuvenil.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui crime:

Art. 240. Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente;

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente; (BRASIL, 1990).

Portanto, vale ressaltar a importância da Lei nº 11.829/2008, que acrescenta

ao ECA os artigos 241- A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E, definindo como crime produzir, compartilhar e armazenar, qualquer material que envolva crianças e adolescentes de forma pornográfica. No entanto, as novas tecnologias estão se expandindo a todo momento, e as formas de violações dos direitos desses sujeitos também se atualizam rapidamente, ainda mais com crianças e adolescentes ocupando ambientes virtuais com mais frequência, podendo se aproximar mais facilmente das pessoas autoras das violências.

O cenário da pandemia da covid-19, demandou medidas de proteção e contenção do vírus, sendo as principais o distanciamento e isolamento social. Tal contexto fez com que crianças e adolescentes estivessem mais tempo em suas casas, sem contato com as escolas, passando mais tempo conectados virtualmente, podendo estar expostos a situações de riscos, como a pornografia infantojuvenil.

Dados da Safernet indicam que em 2021 as denúncias da pornografia infantil cresceram 33,45%, sendo que de “15.856 páginas relacionadas com pornografia infantil, [...] 7.248 foram removidas por indício de crime [...]”. Em 2020, foram “[...] 11.881 páginas denunciadas, das quais 6.938 foram removidas” (2021). Destaca-se, como a internet e os meios de comunicação tornam-se espaços facilitadores para o acesso a pornografia infantojuvenil, o qual encontra na maior crise pandêmica vista nos últimos tempos, espaços para propagar além do vírus, materiais pornográficos, violando assim os direitos de crianças e adolescentes.

Do mesmo modo, o Disque 100 em 2021, registrou nos meses de janeiro a setembro, mais de 119 mil denúncias de violências contra esses sujeitos (BRASIL, 2021). Sendo assim, em 2021, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), aponta 316.717 violações de direitos nas vítimas de 0 à 17 anos, dentre essas violações há as que afetam sua integridade física marcando um total de 123.808 violações, e também as afetam em sua liberdade, como a violência sexual registrando 24.700 violações. Os dados também apontam que a maioria das vítimas são meninas, e que os casos de violações de seus direitos ocorrem majoritariamente dos 12 aos 14 anos, registrando nesse período 59.829 violações de direitos (ONDH, 2021).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 110), evidencia que “apesar do número elevado de casos no país, a pandemia parece ter contribuído para a redução dos registros de violência sexual, o que não necessariamente significa a

redução da incidência”, sendo os casos de estupro contra vulnerável os que mais se destacam. Desta forma, “a maioria das vítimas de violência sexual são crianças na faixa de 10 a 13 anos (28,9%), seguidos de crianças de 5 a 9 anos (20,5%), adolescentes de 14 a 17 anos (15%) e crianças de 0 a 4 anos (11,3%)” (p.113), sendo 86,9% dos casos de violência sexual praticados contra o gênero feminino.

Em relação a pornografia infantil, o Observatório da Criança e do Adolescente indica que no Brasil, no ano de 2020, ocorreram 736 notificações sobre esta violação contra crianças e adolescentes de 0 à 19 anos, número menor do que o ano anterior, com 850 notificações. E sobre a exploração sexual de modo geral, em 2020 foram notificados 745 casos, também menor que em 2019, que registrava 953 notificações. Demonstra-se assim uma queda nas notificações e denúncias desde o início da pandemia, porém, não diminui as situações de violências que crianças e adolescentes sofrem, no íntimo de suas casas.

Diante dos dados expostos, observa-se que o cenário pandêmico agravou as violações dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente das meninas, que historicamente sofrem mais violações no espaço privado e doméstico. No que se refere ao fenômeno da pornografia infantojuvenil, este é atravessado por processos sociais, como as relações desiguais de poder e de gênero nos quais os homens dominam os corpos das mulheres e crianças para satisfação do seu prazer. Como o adultocentrismo, em que os adultos sejam homens ou mulheres, violentam e oprimem crianças e adolescentes, violando seus direitos. Também o machismo, que desde a infância atribui papéis diferentes às meninas e aos meninos, os quais, quando chegam a fase adulta seguem reproduzindo esta diferenciação, dando total poder aos homens, visto como sexo forte, de violentar os “frágeis”, que são, sobretudo, as mulheres, crianças e adolescentes.

Do mesmo modo destaca-se, as relações de raça e classe, historicamente constituídas pela exploração e opressão, fazendo com que os corpos de pessoas negras e também pobres sofram mais, estando excluídas da sociedade diante dessa construção de modelo da família patriarcal branca, na qual o poder é direcionado aos homens. Para Saffioti (2011, p. 31), “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”.

Apreender a temática da exploração sexual comercial, com ênfase na pornografia infantojuvenil, se faz urgente e necessário. É preciso estudar o tema, para assim compreender e desvendar suas particularidades. Assim, na sequência deste estudo, apresenta-se o mapeamento até o momento da pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na área do Serviço Social, dos anos de 2008 à 2019, usando os descritores principais de pesquisa “exploração sexual comercial” e “pornografia infantil na internet”.

O ESTADO DA ARTE SOBRE “PORNOGRAFIA INFANTOJUVENIL NA INTERNET”

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos no levantamento do tipo “estado da arte”, realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, dos anos de 2008 à 2019, na área do Serviço Social. Para identificação e seleção das teses e dissertações foram utilizados os descritores “Pornografia infantil na internet” e “Exploração Sexual de crianças e adolescentes”.

Os trabalhos foram selecionados considerando, em um primeiro momento, as informações dos títulos. Após, foi realizada leitura do resumo para identificar as categorias que os materiais contemplavam, na sequência, identificavam-se os títulos do sumário para a busca das categorias relacionadas a violência sexual. Abaixo será possível visualizar o quadro de apresentação dos trabalhos identificados.

Quadro 1 - Teses e Dissertações que constam no Catálogo de Teses da CAPES em Serviço Social.

Ano	Dissertações Exploração Sexual Comercial	Teses Exploração Sexual Comercial	Dissertações Pornografia infantil na internet	Teses Pornografia infantil na internet
2008	-	-	1 - Trabalho infantil: uma discussão no fio da navalha Autor: Jorge Alexandre da Silva 2 - O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de	-

			responsabilização da menina Autora: Marilei Teresinha Schreiner	
2009	-	-	1 - Violência familiar: mitos e verdades Autora: Michelli Miguel Martins	-
2010	1 - Violência sexual contra criança e adolescente sob olhar dos profissionais de saúde em Boa Vista - Roraima: Limites e Desafios Autora: Henriqueta Cristina de Alencar Ferreira de Lima 2 - O Debate da Violência Contra Crianças e Adolescentes pelo Serviço Social Autora: Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida	1- Violência Sexual Intrafamiliar e Produção de Prova da Materialidade: Proteção ou Violação de Direitos da Criança? Autora: Maria Regina Fay de Azambuja	1 - Fatores de Proteção Social no Enfrentamento da Violência: Dar Voz e Vez aos Adolescentes em seu Ambiente Escolar Autora: Angela Leticia dos Santos 2 - Violência sexual contra criança e adolescente sob olhar dos profissionais de saúde em Boa Vista - Roraima: Limites e Desafios Autora: Henriqueta Cristina de Alencar Ferreira de Lima 3 - Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento Autora: Jaina Raqueli Pedersen	1 - Violência Sexual intrafamiliar e produção de prova da materialidade: proteção ou violação de direitos da criança? Autora: Maria Regina Fay de Azambuja
2011	-	-	-	1 - Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as

				famílias Autor: Antonio Carlos de Oliveira
2012	-	-	-	-
2013	1 - As Ações do Poder Público no Enfrentamento da Exploração Sexual No Município de Manaus Autora: Fernanda Mendes Ferrugem	-	1 - Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre: contradições e perspectivas Autora: Monique Soares Vieira	-
2014	1 - Abuso Sexual com Criança Uma Demanda Para o Serviço Social Autora: Creusa Teles dos Santos	1- O Corpo como Mercadoria: Exploração Sexual de Adolescentes e Vulnerabilidade Social das Famílias Autora: Jaina Raqueli Pedersen	1 - Abuso Sexual com Criança uma demanda para o Serviço Social Autora: Creusa Teles dos Santos	-
2015	1 - Exploração Sexual: a Condição de Vida das Filhas da Classe Trabalhadora Autora: Alana Andreia Pereira 2 - Violência Sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os Paradoxos do Controle Social Autora: Maria Joseilda da Silva Pinheiro 3 -Perspectivas e Desafios na Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Município de Juiz de Fora – MG Autora: Shislene Leite Pedroso	-	1 - Violência Sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os Paradoxos do Controle Social Autora: Maria Joseilda da Silva Pinheiro 2 - Perspectivas e Desafios na Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Município de Juiz de Fora – MG Autora: Shislene Leite Pedroso 3 - Exploração sexual: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora	1 - Rompendo o Silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos creas Tocantinenses Autora: Monique Soares Vieira

			Autora: Alana Andreia Pereira	
2016	1 - Violência Contra Crianças e Adolescentes no Município de Mossoró: Notificações da Vara da Infância e da Juventude Autora: Fabricia Ariadna Medeiros de Oliveira	-	-	-
2017	1 - Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciado por jovens do sexo masculino, egressos do projeto viravida - CE Autora: Flávia Moreira Ferreira 2 - Infância Descolorida: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar Autora: Mayara Simon Bezerra	-	1 - Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciado por jovens do sexo masculino, egressos do projeto viravida - CE Autora: Flávia Moreira Ferreira 2 - Enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes: uma análise da atuação da Rede de Proteção do município do Natal/RN Autora: Maiara Pacifico dos Santos 3 - Infância Descolorida: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar Autora: Mayara Simon	-

			Bezerra	
2018	1 - “Menino abusado”: a compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos Autor: Franklin de Lima Silva	-	1 - “Menino abusado”: a compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos Autor: Franklin de Lima Silva 2 - Os desafios na materialização do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, no âmbito da Política de Assistência Social Autora: Clarissa da Silva de Paula	-
2019	1 - Processo de Produção e Reprodução da Violência Sexual: Uma Perspectiva do Serviço Social Autora: Ana Claudia Vasconcelos Mendes 2 -As Ações do CREAS junto a Adolescentes em Situação de Violência Sexual em Manaus Autora: Susy Ellen Pacheco da Silva	1 - As Novinhas Domina o Face - Uma Análise Sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Redes Sociais Autora: Daiane Rodrigues Cardoso Pacheco	-	-
Total	13	3	16	3

Fonte: As autoras (2023).

Como observado no quadro, com o descritor “exploração sexual comercial”, encontrou-se dezesseis (16) publicações, e no descritor “pornografia infantil na internet”, identificou-se dezenove (19) teses e dissertações. Deste quantitativo, nove (09) trabalhos se repetem nos dois descritores de pesquisa. Nesse sentido, há um total de vinte e seis (26) títulos. Ao se analisar o título dos trabalhos, percebe-se que

as categorias mais presentes são: violência sexual (09); abuso sexual (06); exploração sexual (05) e violência contra crianças e adolescentes (04). Ressalta-se que nenhum título evidencia a discussão específica sobre pornografia infantil.

Diante da ausência de trabalhos sobre a pornografia infantojuvenil na internet, e no intuito de desvendar o que abordam estas teses e dissertações encontradas, na sequência apresenta-se brevemente a descrição do conteúdo abordado nas produções que contemplam as categorias que mais se destacaram quantitativamente, como demonstrado anteriormente.

Desta forma, considerando o descritor principal “pornografia infantil na internet”, no ano de 2008, a dissertação “O abuso sexual numa perspectiva de gênero: o processo de responsabilização da menina”, disserta sobre o abuso sexual como uma forma de violência sexual contra crianças e adolescentes, apontando este abuso como uma violência de gênero, uma vez que “de forma bastante evidente, que nas relações de gênero na dinâmica da família abusiva, reproduzem-se relações de dominação e subordinação com uma freqüente naturalização da subordinação das mulheres” (SCHREINER, 2008, p. 8).

No ano de 2010, a dissertação, “Violência sexual contra criança e adolescente sob olhar dos profissionais de saúde em Boa Vista - Roraima: Limites e Desafios”, expõe sobre a violência sexual, exploração sexual comercial, e também sobre a pornografia infantil na internet.

[...] através da internet se têm em segundos acessos às notícias, fotos, encontros. É um ambiente sem fronteiras, por ser fácil e rápido, passa a ser sinônimo de diversão e um atrativo para crianças e adolescentes que cada vez mais passa tempo acessando esse mundo virtual e com isso a pornografia infantil tem se propagado neste cenário do mundo virtual (LIMA, 2010, p.33).

Neste sentido, a terceira dissertação, “Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento”, aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes, especificando a manifestação de abuso sexual intrafamiliar, evidenciando “[...] que é no convívio familiar que muitas formas de violência se fazem presentes, entre elas, o abuso sexual intrafamiliar, [...] muitas vezes associado e/ou relacionado à violência estrutural, decorrente do atual contexto da sociedade capitalista [...]” (PEDERSEN, 2010, p. 6).

Na tese “Violência Sexual intrafamiliar e produção de prova da materialidade: proteção ou violação de direitos da criança?”, que também delimita-se ao contexto familiar, a autora refere que “A dependência que a criança apresenta em relação aos adultos e a pouca visibilidade que a violência intrafamiliar costuma apresentar são fatores que contribuem para seus elevados índices” (AZAMBUJA, 2010, p.14-15).

No ano de 2011 encontrou-se uma (1) tese, “Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo: consequências para as famílias”, a qual aborda a violência sexual contra crianças e adolescentes, com foco no abuso sexual, apontando que este abrange também a exploração sexual e pornografia. Dessa forma, abuso sexual

[...] pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros, como é o caso da prostituição e da pornografia (BRASIL, 2002, apud OLIVEIRA, 2011, p.34).

Em 2013 encontrou-se uma (1) dissertação, que tem como título “Enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Porto Alegre: contradições e perspectivas”. A mesma discorre sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, conceitua a exploração sexual comercial infanto-juvenil, e aponta a pornografia como forma desta exploração. A autora disserta, que “[...] é importante ressaltar que violência sexual, nas outras formas em que se manifesta também se constitui como expressão da questão social, uma vez que envolve relações desiguais – de gênero e de faixa etária -, dominação e opressão (VIEIRA, 2013, p. 50).

No ano de 2014, localiza-se uma (1) dissertação, nomeada “Abuso Sexual com Criança uma demanda para o Serviço Social”, a qual aborda o abuso sexual intramifiliar como uma forma da violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo a autora “o abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno multifacetado, em cuja dinâmica estão articulados aspectos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, culturais que não podem ser tratados de forma isolada e nem complementar” (SANTOS, 2014, p.7).

Em 2015, houve uma (1) tese e três (3) dissertações. A tese “Rompendo o Silêncio: o enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no âmbito dos creas Tocantinenses”, aponta sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e

busca identificar suas particularidades, discorre sobre a exploração sexual comercial, trazendo a pornografia como uma face desta.

As múltiplas expressões da violência sexual, seja ela na modalidade de abuso sexual (com ou sem contato físico) ou exploração sexual (pornografia, turismo sexual, tráfico e exploração sexual comercial), imprimem nas vítimas marcas e traumas que irão incidir diretamente no desenvolvimento social, psíquico e físico (VIEIRA, 2015, p.131-132).

Sobre as três (3) dissertações, a primeira, “Violência Sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os Paradoxos do Controle Social”, traz sobre o abuso e exploração sexual infantojuvenil, e conceitua a pornografia infantil como uma das expressões da violência sexual. A dissertação, intitulada “Perspectivas e Desafios na Atenção à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Município de Juiz de Fora – MG”, busca refletir sobre sua “reprodução nas relações sociais (assimétricas), a se considerar as estruturas de poder e de hierarquia, bem como as desigualdades nas relações de geração, de gênero, classe e etnia (PEDROSO, 2015, p. 6). No entanto, apenas conceitua a exploração sexual comercial. Por fim, a dissertação, “Exploração sexual: a condição de vida das filhas da classe trabalhadora”, discorre sobre a exploração sexual comercial em meninas adolescentes, entendendo como um abuso sexual, o qual decorre de trocas, tratando a criança ou adolescente como uma mercadoria. O referido material não aborda a pornografia infantil.

No ano de 2017, três (3) dissertações foram encontradas. O trabalho “Há um passado no meu presente: uma análise sobre a exploração sexual comercial vivenciado por jovens do sexo masculino, egressos do projeto viravida - CE”, discorre sobre a exploração sexual comercial em meninos, e conceitua a pornografia infantojuvenil como uma forma desta expressão da violência sexual.

[...] a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes do sexo masculino, é um fenômeno multifacetado que transpassa o caráter econômico, sendo também reflexo de uma conjuntura histórica, social, cultural e política. Fruto do modo de organização da nossa sociedade, baseada em relações desiguais, verificamos aqui que crianças e adolescentes, do sexo masculino, encontram no uso do corpo uma estratégia para sua inserção não apenas econômica como também, social, cultural e política (FERREIRA, 2017, p.10).

A dissertação “Enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes: uma

análise da atuação da Rede de Proteção do município do Natal/RN”, apresenta dados sobre as várias violências que crianças e adolescentes sofrem, incluindo a violência sexual. Contudo, não aborda a exploração sexual comercial, tampouco a pornografia infantil. Por fim, a dissertação “Infância Descolorida: a criança vítima de violência sexual e o trabalho interdisciplinar”, traz de forma geral sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso conceitua a exploração sexual como uma das faces dessa violência, e também a pornografia como uma forma de exploração sexual.

No ano de 2018, encontrou-se duas (2) dissertações, “Menino abusado”: a compreensão crítica do abuso sexual doméstico contra meninos”, a qual disserta sobre a violência sexual, especificamente sobre a expressão de abuso sexual em meninos, apontando que através dos fatores culturais e sociais impostos historicamente, a violência sexual em meninos é vista com menos impactos, ou então associada a ideia de virilidade ou homossexualidade.

A dissertação, “Os desafios na materialização do atendimento às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, no âmbito da Política de Assistência Social”, discorre sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando desvendar as especificidades do abuso sexual contra esses sujeitos. Este estudo também só conceitua a exploração sexual comercial e traz a pornografia infantil como manifestação desta, “[...] a pornografia infantil, que envolve a produção, reprodução, venda, exposição, distribuição, comercialização, aquisição, posse, publicação ou divulgação de materiais pornográficos (fotografia, vídeo, desenhos, filmes) de crianças e adolescentes” (PAULA, 2018, p.80).

Ao considerar o descritor “exploração sexual” e também os trabalhos que não se repetem no descritor “pornografia infantil na internet”, no ano de 2010 o artigo “O Debate da Violência Contra Crianças e Adolescentes pelo Serviço Social”, aborda a violência contra crianças e adolescentes a partir da relação com a lógica capitalista. “As violências contra crianças e adolescentes independem da classe social, pois elas acontecem no âmbito das relações sociais de produção e reprodução e não no espaço delimitado da pobreza” (ALMEIDA, 2011, p.157). O referente trabalho, não aborda a violência sexual nem suas manifestações, no entanto traz dados sobre esta.

Em 2013 encontrou-se uma (1) dissertação “As Ações do Poder Público no Enfrentamento da Exploração Sexual No Município de Manaus”, que aborda o

enfrentamento à exploração sexual infantojuvenil pelo poder executivo de Manaus a partir das ações desenvolvidas pelo município, como os programas e políticas, compreendendo o fenômeno a partir da realidade do estado do Amazonas com as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais. O trabalho traz a pornografia infantil como uma das modalidades da exploração sexual comercial, conceituando: “A pornografia infantil trata da produção, exibição, divulgação, distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico” (FERRUGEM, 2013, p. 60).

No ano de 2014 encontra-se uma (1) tese, “O Corpo como Mercadoria: Exploração Sexual de Adolescentes e Vulnerabilidade Social das Famílias” que discorre sobre exploração sexual de adolescentes e sua relação com a vulnerabilidade social de famílias. A pornografia infantil é caracterizada enquanto modalidade de exploração sexual, no entanto não é o objeto de estudo específico, mas aponta que a partir dos novos processos sociais, a pornografia infantil assume espaço em diversas tecnologias de informação, e com isso eleva-se a sua gravidade e sua incidência. Assim, “[...] estudar a exploração sexual é de fundamental importância para desvendar as particularidades dessa forma de violação de direitos” (PEDERSEN, 2014, p.16).

No ano de 2016, a dissertação, “Violência Contra Crianças e Adolescentes no Município de Mossoró: Notificações da Vara da Infância e da Juventude”, disserta sobre as relações sociais frente à violência sexual de crianças e adolescentes com ênfase na coisificação da vítima. Neste estudo, divide-se a violência sexual em abuso sexual e a exploração sexual comercial, sendo a exploração “[...] considerada uma relação de mercantilização, que perpassa pela exploração e dominação desses sujeitos [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 79). Sobre a pornografia infantil o trabalho só aponta que pode ser uma expressão da violência sexual, se há contato com a exposição de materiais pornográficos.

Referente ao ano 2019, encontrou-se duas (2) dissertações e uma (1) tese. A primeira dissertação “Processo de Produção e Reprodução da Violência Sexual: Uma Perspectiva do Serviço Social” que discute a produção e reprodução da manifestação da violência sexual, aponta que “[...] a violência sexual se constituiu no complexo processo histórico e o que vivenciamos nos dias atuais tem suas bases fundadas em estruturas sólidas, com objetivos bem definidos” (MENDES, 2019, p.24). Este estudo,

aborda a violência sexual de forma geral, a qual, a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista, vem se expandindo. No entanto, não discorre sobre a exploração sexual comercial e nem nas suas formas, como a pornografia infantil.

A segunda dissertação “As Ações do CREAS junto a Adolescentes em Situação de Violência Sexual em Manaus”, discorre sobre a visão dos adolescentes diante a violência sexual que apresenta-se enquanto um problema social, e aponta a exploração sexual como uma expressão da violência sexual, não se detendo a pornografia infantil, apenas citando-a como uma das modalidades de exploração sexual.

A tese intitulada “As Novinhas Domina o Face” - Uma Análise Sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Redes Sociais” disserta sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na internet, especificamente em redes sociais, com foco no facebook, como possível facilitador para a violência sexual. Especificamente sobre a pornografia infantil, o estudo aponta esta como manifestação da exploração sexual, sendo um tipo de violência mundial, que com a expansão do uso da internet, complexifica-se sua compreensão e também aumenta sua comercialização.

A pornografia infantil se configura quando há produção, utilização, exibição de material (fotos, vídeos, desenhos) com cenas de sexo envolvendo crianças e adolescentes ou de imagens com conotação sexual das partes genitais de uma criança. Quando esse material é comercializado, se configura a exploração sexual (PACHECO, 2019, p. 51).

Assim, diante das produções encontrados, destaca-se a carência de produções sobre a pornografia infantojuvenil na área do Serviço Social, apontando a necessidade de estudos sobre a temática e sua socialização, visando evidenciar suas características particulares e os desafios que se colocam para seu enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante as discussões apresentadas, verifica-se que os avanços nas legislações para proteção de crianças e adolescentes, seguem insuficientes para garantir a proteção desses sujeitos. Como revelaram os dados, estes seguem vitimizadas tanto pelo abuso sexual, quanto pela exploração sexual comercial, que se

específica nos fenômenos da pornografia infantojuvenil, prostituição infantil, turismo por motivação sexual e/ou no tráfico para fins de exploração sexual.

A presente pesquisa revelou a inexistência de estudos e publicações da área do Serviço Social sobre a Pornografia infantojuvenil, o que dificultou a análise das características desta forma de manifestação da exploração sexual comercial. Em treze (13) trabalhos a pornografia infantil é apenas caracterizada, do ponto de vista conceitual, como uma forma de exploração sexual comercial. No entanto, o estudo revela que esta manifestação da exploração sexual comercial, além de envolver inúmeras violações nos direitos de crianças e adolescentes, é determinada pela dominação e exploração dos corpos infantis, objetificando os corpos de crianças e adolescentes para satisfazer desejos sexuais de adultos, visando o lucro imediato.

Considerando que as diferentes formas de violência vão se transformando e apresentando novos elementos em sua constituição, incluindo sobretudo novas técnicas, destaca-se que no caso da pornografia infantojuvenil, a internet e as novas tecnologias de informação e comunicação aumentam o risco e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes às violências cometidas online. Assim, a internet é uma facilitadora da exploração e do abuso sexual, especialmente porque crianças e adolescentes passam cada vez mais tempo conectadas ao mundo virtual, o que demanda da família, Estado e sociedade maior atenção e proteção.

Enfatiza-se que diante dos dados pesquisados e apresentados nos canais de denúncia, a maioria destes não diferenciam o abuso sexual e a exploração sexual comercial e suas modalidades, o que pode dificultar o entendimento da sociedade sobre a pornografia infantojuvenil como uma forma de exploração sexual. Conseqüentemente, isto aponta para a necessidade do Estado, em implementar ações nos campos das políticas públicas que possam contribuir para a conscientização, prevenção e enfrentamento da pornografia infantojuvenil, junto com sociedade civil e família com vistas a garantir a proteção de crianças e adolescentes como sujeito de direitos, e não limitar-se as medidas punitivas para esse crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 31 de mar. de 2022.

_____. LEI Nº 11.829, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008. **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111829.htm> Acesso em: 31 de mar. de 2022.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Campanha de Prevenção à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Cartilha Educativa**, s/d. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/sedh/cartilha_educativa.pdf>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

_____. Casa Civil. **Disque 100 registra mais de 119 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes, em 2021.** Disponível em:< > Acesso em: 31 de mar. de 2022.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Observatório da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/sobre>> Acesso em: 31 de mar. de 2022.
FBSP - FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2021.** São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>> Acesso em: 30 de mar. de 2022.

ONDH - Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Painel de dados de jul/2020 a dez/2021.** Disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/de-jul-2020-a-dez-2021>> Acesso em: 31 de mar. de 2022.

SAFERNET. **Denúncias de pornografia infantil cresceram 33,45% em 2021, aponta a Safernet Brasil.** 2021. Disponível em:< > Acesso em: 31 de mar. de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. gênero 2 reimp.p65. 2011.

Maina Saldanha Garcia

Assistente social graduada pela Universidade Federal do Pampa, campus São Borja. Atualmente cursando Residência Multiprofissional na área de Saúde Mental, pelo Grupo Hospital Conceição, em Porto Alegre/RS.

Jaina Raqueli Pedersen

Assistente Social, Professora Associada do curso de Serviço Social na UNIPAMPA/RS, Doutora em Serviço Social pela PUCRS (2014), possui graduação em Serviço Social pela Universidade Luterana do Brasil (2007) e Mestrado em Serviço

social pela PUCRS (2010). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na temática de violência contra crianças, adolescentes e mulheres.